

**UMA CERTA
IDEIA DE BRASIL**

Pedro Malan

**UMA CERTA
IDEIA DE BRASIL**
Entre passado e futuro
2003-2018



Copyright © 2018 by Pedro Malan

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

REVISÃO
Laís Curvão
Juliana Pitanga

CHEGAGEM DAS LINHAS DO TEMPO
Rosana Agrella da Silveira

PESQUISA PARA LINHAS DO TEMPO
Thadeu Santos

DIAGRAMAÇÃO
Ilustrarte Design e Produção Editorial

CAPA
Victor Burton

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M197c

Malan, Pedro, 1943-
Uma certa ideia de Brasil / Pedro Malan. - 1. ed. - Rio
de Janeiro : Intrínseca, 2018.
512 p. ; 23 cm.
ISBN 978-85-510-0379-4

1. Brasil - Política e governo. 2. Brasil - Política econômi-
ca. 3. Brasil - Condições econômicas. I. Título.

18-50653

CDD: 320.981

CDU: 32(81)

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

Para Catarina, Diogo, Cecilia, Pedro e Fernanda.

SUMÁRIO

Apresentação — Edmar Bacha	13
Prefácio do autor	17
2003	
Falsos dilemas, difíceis escolhas...	31
Credibilidade, confiança e crescimento	34
Esperança, mudança, incerteza e risco	37
Controvérsias, dissensos e convergências	41
O debate sobre crescimento	44
Dois livros e um discurso	47
Feliz triênio novo	50
2004	
A banalidade do não	59
Quatrocentos dias	62
Vulnerabilidades construídas	65
Bom governo ou mudança histórica?	69
A ousadia da responsabilidade	72
Heranças, ambiguidades e esquizofrenias	75
Os ciclos do Millôr e o infundável diálogo	77
Assim é se lhe parece	81
Aprendizado coletivo	84
Memórias dos próximos dois anos	87
2005, o ano que começou mais cedo	90
A necessidade de perspectiva	93

2005

O país e sua circunstância	103
Entreatos: Porto Alegre, Davos e 2006	106
Idos de muitos marços	109
As águas de abril	112
Jogo já jogado?	115
A microfísica do poder e a economia	118
Vida dura	120
Desencontros marcados	123
Mil e uma noites	126
Visões do paraíso, versão 2006	129
O atroz encanto de ser brasileiro	132
Estilhaços de 2005 no balanço de 2006	135

2006

2006 — Ano IV de uma nova era?	143
Convergências possíveis?	146
O PT e o discurso da mudança	149
Insensata esperança?	151
Faltam 140 dias	154
Miúdo regozijo	157
Lula, o PT e suas heranças: 2002 e 2006	160
Elusivo “quase consenso”	162
A importância de ser não cínico	165
Prezado Lula, ou recordar é viver	168
Desmontando palanques	171
Transição turbulenta e espaço para errar	173

2007

Riscos de excessiva complacência	183
Economia global, política doméstica	186
Novo governo, velhos mitos	188

Tempo de semear, tempo de colher	191
Pecados históricos, pecados sociais	194
Descolamentos preocupantes	197
O mais cruel dos meses?	200
Economia imune à política?	202
A importância dos próximos três anos	205
Ilusões perdidas e o futuro de uma ilusão	208
Metamorfoses	211

2008

Escrevendo ao sucessor	221
Nonada?	224
Heranças	226
Grau de confiança, grau de respeito	229
Efeito voracidade	232
Voz do povo, voz de Deus, voz do mundo	235
Novas vertentes do “nunca antes”	238
Anos turbulentos pela frente	240
Onde se lê 2008-2009, leia-se 2009-2010	243

2009

Respostas à crise e o crescimento	251
Respostas à crise: o uso de Keynes	254
Respostas à crise: usos do PAC	257
Respostas à crise: nós e os outros	260
Respostas à crise: economia e política	263
Respostas à crise: melhorar o debate?	265
Respostas à crise: mais além de 2010	268
Mundo e Brasil: pós-crise e pós-Lula	271
Os próximos 12 meses muito dirão	274
Complexa transição	276

2010

Equilibrado delírio?	285
Lula, o PT e suas heranças: 2002 e 2006	288
Fatos, versões e bravatas	291
Confiança e credibilidade	293
O que temos a ver com gregos e outros?	296
A sexta campanha de Lula	299
Diálogo de surdos?	302
Recôndita (des)harmonia?	304

2011

O correr da vida...	313
Dilma, lidando com o “pós-Lula”	316
O primeiro inverno do governo Dilma	318
Lições da beira do abismo?	321
Ousadia e responsabilidade	324
Encruzilhadas, nossas e de outros	327
Ritmos da política e da economia	330

2012

Vivendo e aprendendo	337
Em busca do tempo perdido	340
Fatalidades e voluntarismos	342
Europa e Brasil, urgências no gradualismo	345
A maioria do real e os próximos 18 anos	348
Europa e Brasil, algo a ver?	350
Interesse nacional, soberania e democracia	353
A decisiva segunda metade	356

2013

O tempo dirá. Ou não	363
Marcados descompassos	366

Difícil travessia	368
O futuro da “nova era”	371
Sob o império da retórica eleitoral	374

2014

Nem mínimo nem máximo, só mais eficiente	381
Armadilhas por destravar	384
Vinte anos do real: significado e futuro	386
Reduzido espaço de manobra	389
Mais do mesmo?	392
A precária retórica dos 12 x 8 anos	395
Fazendo o diabo	398
Jogando agora os próximos quatro anos	400
Quadriênios, velhos e novos	403

2015

A força da realidade	411
A força da realidade 2	414
Tudo muito pouco usual	417
Narrativas — Modos de usar	419
Verdadeiro, falso e fictício	422
Transição, travessia: para...	425
O ocaso de uma narrativa	428

2016

O décimo quarto ano do lulopetismo no poder	437
O tempo é curto	440
Os dois gumes da lâmina	442
Heranças e futuros: modos de usar	445
Herança não reconhecida	448
Alvorço — Mundo e Brasil	451

2017

2017-2018: um biênio crucial	459
Pressão estrutural por gastos públicos (1)	462
Pressão estrutural por gastos públicos (2)	465
Pressão estrutural por gastos públicos (3)	468
Diálogos não impossíveis?	470
Entre o inconcebível e o inevitável	473
Limites do autoengano?	476
Previdência e segurança — O peso do passado	479

2018

2018, ano crucial para 2019-2022 e muito além	487
Paralisia (in)decisória?	490
Do querer ser ao crer que já se é	492
Disputar é uma coisa, governar é outra	495
Como nos vemos? Como somos vistos?	498

Apêndices 501

- Tabela crescimento comparado e diferencial Brasil e mundo em desenvolvimento (1995-2002); (2003-2010); (2011-2017); (1995-2017)
- Taxa de câmbio nominal R\$/US\$
- Taxa de câmbio real R\$/US\$ (em reais constantes de abril de 2018)
- Taxa de desemprego
- Crescimento PIB
- PIB
- Taxa Selic
- IPCA

Índice onomástico 506

Sobre o autor 511

APRESENTAÇÃO

Edmar Bacha

Em junho de 1991, o ministro da Fazenda, Márcio Marques Moreira, nomeou Pedro Malan negociador-chefe para assuntos da dívida externa. Malan tornou-se então responsável pela renegociação da dívida externa do país. Executou essa tarefa com enorme argúcia e extraordinário sucesso até 1993, quando a dívida externa brasileira finalmente foi reestruturada.

Em agosto de 1993, Pedro Malan foi nomeado presidente do Banco Central quando Fernando Henrique Cardoso era ministro da Fazenda. Exerceu essa função até dezembro de 1994, participando ativamente da elaboração, do lançamento e da implantação do Plano Real.

Assumi o Ministério da Fazenda em 1^o de janeiro de 1995, cargo que ocupou por oito anos, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República. Em sua gestão no Ministério da Fazenda foram adotadas medidas críticas para a consolidação do Plano Real. Entre elas, a renegociação das dívidas estaduais e municipais com a União; a reestruturação dos sistemas bancários público e privado; a reforma administrativa do aparato governamental; e a sanção da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em fins de 1998, Malan levou a bom termo uma crise profunda do balanço de pagamentos. Foi instituído, então, o tripé da política econômica que está em vigor até hoje: superávit fiscal primário, metas de inflação e taxa de câmbio flutuante.

Em meio ao tumulto financeiro provocado pelo resultado da eleição de Lula para presidente da República em outubro de 2002, Malan desempenhou um papel-chave na garantia de uma transição ordeira. Empenhou-se junto ao futuro ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para que Lula escrevesse a “Carta ao povo brasileiro”, em que se comprometia a seguir uma política econômica responsável na Presidência.

Os êxitos dessa carreira pública exemplar foram exaltados por Larry Summers, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, e Stanley Fischer, então vice-presidente do banco central dos Estados Unidos, em homenagem na Casa das Garças, no Rio de Janeiro, nos 70 anos de Pedro Malan. Nesse seminário, Summers e Fischer fizeram questão de assinalar que fora pela liderança de Malan na área econômica que o Brasil conseguira superar problemas graves herdados de décadas anteriores, como o calote da dívida externa e a hiperinflação.¹

Nem por isso eram menos complicados os desafios que o país enfrentava em 2003. Dando continuidade a seu empenho de vida inteira em transformar o Brasil numa sociedade melhor, a partir de junho daquele ano Pedro Malan começou a escrever as colunas no *O Estado de S. Paulo* coletadas neste volume. O objetivo, em suas palavras, era “analisar a economia em suas relações com a política”, ou, diria eu, zelar para que a racionalidade continuasse a prevalecer na política econômica do país.

Infelizmente, não foi isso o que ocorreu. A princípio parecia que sim. Dando curso ao compromisso firmado na “Carta ao povo brasileiro”, Lula nomeou Antonio Palocci para o Ministério da Fazenda e Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central. Eles montaram equipes de alto nível e adotaram medidas de austeridade desde o início de 2003. Em consequência, os mercados se tranquilizaram.

As primeiras colunas de Malan retratam esse otimismo inicial. “Nos últimos 12 meses” — escreve ele em 8 de junho de 2003 — “o Brasil mostrou ao mundo que continua avançando em termos de maturidade política e nível do debate econômico.”

Sobrevieram então a crise do Mensalão, a queda de Palocci, a ascensão de Guido Mantega. Internacionalmente, estava em curso “o mais longo, o mais forte e o mais amplamente disseminado ciclo de expansão da época moderna”, na síntese de Kenneth Rogoff para o período de 2003 a 2008. A guinada de Lula da responsabilidade fiscal para o social-desenvolvimentismo foi bem expressa pela nova chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff: “Gasto é vida.”

¹ Cf. intervenções de Larry Summers e Stanley Fischer em: E. Bacha et al., *Estado da economia mundial: seminário em homenagem a Pedro S. Malan*. Rio de Janeiro: LTC, 2015, pp. 133-150.

As colunas de Malan em 2006 retratam sua preocupação com essas mudanças, terminando o ano com a reprodução de sua indignada carta pública a Lula de abril de 2002 e o espancamento dos “discursos grandiloquentes sobre inéditos modelos nunca antes imaginados”.

Lula é reeleito, mas o palanque se mantém. Os títulos das colunas de Malan em 2007 refletem sua inquietação com a pirotecnia: “Riscos de excessiva complacência”, “Novo governo, velhos mitos”, “Pecados históricos, pecados sociais”, “Descolamentos preocupantes”, “Ilusões perdidas e o futuro de uma ilusão”.

O ano de 2008 se abre com Malan prevendo duros testes da cena internacional; é a maior crise financeira mundial desde 1930 que se avizinha. Em 2009 Malan expressa sua preocupação com as respostas adequadas à crise internacional. Apela para “o destravamento da agenda regulatória, concorrencial e de redução das incertezas jurídicas”, não devendo o governo limitar-se a um uso indevido de Keynes e um endeusamento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Lula, entretanto, sustenta que tudo não passa de uma “marolinha” e elege Dilma Rousseff sua sucessora. Malan manifesta alguma esperança com o discurso de posse da nova presidente, e a ela deseja boa sorte em lidar com a voracidade de sua base de apoio no Congresso.

A partir do final de 2011, fica claro que a opção de Dilma não é pelo ajuste, e sim pela expansão da demanda e o controle de preços. Malan acompanha esse processo com desânimo, pois a retórica petista continua apostando numa proposta econômica falida mas generosa em termos de resultados eleitorais positivos.

Dilma se reelege em outubro de 2014 e Malan, em sua elegância habitual, continua a lhe desejar boa sorte. Porém a “força da realidade” (tema de colunas anteriores e título das duas primeiras colunas de 2015) logo se impõe. Dilma tenta uma guinada conservadora, substituindo Guido Mantega por Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, mas o fogo amigo logo demonstra que uma andorinha só não faz verão.

“O ocaso de uma narrativa” é o título da coluna de outubro de 2015. É a primeira de uma série de textos que acompanha o desenlace do segundo mandato de Dilma Rousseff.

Em 2017 e 2018, Malan se permite um olhar histórico e discorre sobre as dificuldades de superação do atraso no Brasil, no contexto de

uma pressão contínua por maiores gastos públicos, em parte derivada da expectativa de que o Estado tudo pode.

Os textos de Malan são leitura essencial para quem quiser entender a política econômica brasileira dos últimos 15 anos. Mas principalmente para entender como o país poderia estar hoje tão melhor do que está, se os governos do PT tivessem prestado alguma atenção às suas ponderadas e criteriosas análises e sugestões. Fica a esperança de que a partir de 2019 o Brasil possa ter o bom governo que bem merece e pelo qual Malan tanto lutou — e continua a lutar.

Edmar Bacha é sócio fundador e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica/Casa das Garças. Membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia Brasileira de Letras.

PREFÁCIO DO AUTOR

A memória só conta realmente — para os indivíduos, as coletividades, as civilizações — se mantiver juntos a marca do passado e o projeto do futuro; se permitir fazer sem esquecer aquilo que se pretendia fazer; tornar-se sem deixar de ser; ser sem deixar de tornar-se.

ITALO CALVINO (1975)

“Uma certa ideia” de um país — essa expressão sempre me pareceu um achado instigante desde que dela tomei conhecimento, décadas atrás. Foi tornada mundialmente famosa pelo general Charles de Gaulle, que a teve como mantra, moto e norte ao longo da vida. O primeiro parágrafo de suas memórias abre com a frase, numerosas vezes reiterada: “*Toute ma vie, je me suis fait une certaine idée de la France*” (Toda a minha vida eu tive para mim uma certa ideia da França). Para De Gaulle, fica evidente que a expressão designava uma certa ideia, mas de grandeza (*grandeur*) da França, de seu destino manifesto, da excepcionalidade francesa, do direito de estar entre os grandes do mundo — direito que lhe confeririam seu passado e seu destino.

A *certa ideia* a que se refere o título que dei a este livro tem a ver com algo bem mais modesto, porém não menos relevante: nós, brasileiros, precisamos ter uma certa ideia de como nos vemos como país; de nosso passado, nosso presente e nosso futuro. Ideia precária que seja, sempre aberta a diálogo com ideias outras que possa haver entre nós sobre nossos problemas fundamentais; mas ainda assim uma certa ideia, mais ou menos compartilhada. Não um consenso, essa palavra sempre elusiva, e sim um grau de convergência sobre questões fundamentais maior do que aquele que conseguimos alcançar até o momento.

Os textos reunidos neste livro foram publicados ao longo dos últimos 15 anos — entre junho de 2003 e maio de 2018 — e atravessaram

cinco mandatos presidenciais. Os 15 anos tratados aqui devem ser vistos como um breve período de continuidades e mudanças afetados, ambos, pelo peso de nosso passado e pelas esperanças, sonhos e temores que temos sobre nosso futuro. É o que justifica o subtítulo aqui adotado — “Entre passado e futuro”, que tomo de empréstimo ao título de conhecida obra de Hannah Arendt.

Já há muito tempo é conhecido o chiste de Ivan Lessa: “A cada 15 anos, o Brasil esquece tudo o que aconteceu nos últimos quinze anos.” O Brasil está a decidir neste momento se esquece, ou como esquece, o que aconteceu nos últimos 15 anos. Ou se aguarda o início dos anos 2030 para então esquecer o que teria acontecido no período 2018-2033. Ou se esquece a brincadeira de Ivan Lessa e se decide a não mais incorrer em tão longos intervalos de esquecimento.

Afinal, para muitos, 2019 é um ano-chave, que corresponde ao momento em que uma nova administração, com a legitimidade que o voto popular possa lhe conferir, e com a base de sustentação parlamentar que possa ter formado, dirá a que veio. No entanto, para que 2019 e o próximo quadriênio sejam anos-chave é preciso que 2018 também tenha sido.

O autor dos textos aqui reunidos está convencido de que para compreender a importância do biênio 2018-2019 — o que inclui ter clareza sobre o teor dos discursos, das narrativas e promessas dos principais candidatos e sobre as consequências do resultado das eleições — ajudaria muito compreender a experiência dos últimos 15 anos, colocados em perspectiva. Esse exercício permitirá ao leitor formar sua própria avaliação sobre nossos futuros possíveis nos próximos 15 anos — que serão decididos na próxima meia década.

Os textos deste livro atendem a cinco grandes eixos temáticos. Primeiro, a necessidade de *perspectiva* que vá além da conjuntura e a importância de ver a *história* como infindável diálogo entre passado e futuro. O *passado* como terra estrangeira, que cada geração visita, à luz de exigências do presente e de sonhos e temores sobre o futuro. Um *futuro* que realiza ensaios que assumem a forma de planos, desejos, sonhos e intenções, os quais, quer se materializem quer não, cons-

tituem a memória do futuro. Como escreveu Italo Calvino no trecho reproduzido na abertura deste Prefácio, a *memória* só conta realmente — para os indivíduos e as sociedades — se mantiver juntos a marca do passado e o projeto do futuro; se permitir fazer sem esquecer aquilo que se pretendia fazer; tornar-se sem deixar de ser; ser sem deixar de tornar-se.

Segundo, as inexoráveis interações entre economia e política — que nunca deixaram de existir, mas que foram subestimadas ao longo do período de euforia que antecedeu a crise de 2008 e que desde então voltaram a assumir, no mundo como no Brasil, crescente importância. Durante os últimos 15 anos, o Brasil experimentou momentos decisivos e grandes inflexões. Aqui estão tratadas, na ordem cronológica em que foram escritas, a transição do governo FHC para o primeiro governo Lula (2002-2003); reflexões sobre Lula I; a importância da inflexão desenvolvimentista, clara logo após abril de 2006; reflexões sobre Lula II; o superaquecimento e as eleições de 2010; o governo Dilma I e as consequências da forma como se deu sua reeleição em 2014, em seus desdobramentos até o *impeachment*. Há ainda 16 artigos escritos na vigência do governo Michel Temer, sempre a procurar ligar passado, presente e futuro.

Terceiro, processos de mudança em democracias de massas urbanas, caso do Brasil, exigem um informado debate público e uma imprensa livre e independente. Esse debate permite que pessoas e grupos formem ou mudem sua opinião à luz de novas evidências. Permite também compreender por que em sociedades complexas é crescente o número de problemas cuja solução requer lideranças políticas e contribuição expressiva de competências técnicas. Aprender com experiências passadas, nossas e de outros, depende da existência de arcabouços conceituais coerentes e minimamente compartilhados de forma consistente, que possam estruturar a discussão sobre as lições a serem aprendidas sobre velhos erros; bem como sobre novos erros a evitar. As discussões relevantes não são sobre a identificação dos objetivos meritórios a perseguir; mas sim — uma vez alcançada certa convergência sobre os grandes desafios — sobre as políticas públicas mais aptas a permitir que os objetivos possam ser alcançados.

Quarto, as discussões relevantes sobre a teoria e a prática da política macroeconômica em economias abertas voltaram a ficar interessantes intelectualmente, tanto no mundo como no Brasil. Nosso país já viveu momentos de grande incerteza econômica e também de grande incerteza política. Viveu momentos em que ambos ocorreram simultaneamente. Mas nunca experimentou a combinação de incertezas política e econômica com uma crise de valores e um processo de investigação e justiça com a profundidade e amplitude do processo em curso desde março de 2014. Desse momento data o início da Operação Lava-Jato, que vem mudando o Brasil, que, nessa área, nunca mais voltará a ser o de antes, apesar de aparências em contrário.

Quinto, mas não menos importante, está a preocupação com o que chamo de pressão “estrutural” por maiores gastos públicos no Brasil. Há raízes históricas para tal, associadas ao nosso extraordinário processo de transição demográfica e de urbanização, que nos levou em 65 anos à condição de terceira maior democracia de massas urbanas do mundo (após Índia e Estados Unidos). As demandas por maior e melhor infraestrutura “física” (energia, transporte, telecomunicações, portos) e infraestrutura “humana” (educação, saúde, segurança, saneamento), além de demandas por melhor distribuição de renda, riqueza e oportunidades, exigem respostas por parte de governos, sejam centralizadores/autoritários (como nos períodos 1930-1945 e 1964-1985), sejam democráticos (como 1946-1964 e 1985 ao presente). Essas pressões — e a necessidade de respostas em termos de políticas públicas — marcaram as décadas passadas, e continuarão, inexoravelmente, a marcar décadas futuras.

Subjacente a praticamente todos os textos aqui reunidos há uma visão do que seria uma sociedade na qual eu gostaria que meus filhos e netos pudessem viver no futuro; na verdade, todos os filhos e netos de brasileiros. Minha utopia é uma sociedade que tente compatibilizar, da melhor forma possível, quatro grandes características:

- Liberdades individuais: de opinião, de expressão, de associação, liberdade de imprensa, liberdade de empreender, liberdade de desenvolver potencialidades como ser humano. Direitos civis assegurados a todos.

- Maior justiça social: isto é, igualdade perante a lei e menor desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades, o que exige intervenções onde realmente importa: nos anos iniciais de formação da criança e do jovem, com foco no seu inviolável direito à aprendizagem. Aprendizagem nas idades certas, o que inclui leitura, escrita e noções básicas de matemática no máximo aos 6/7 anos de idade.
- Atenção à eficiência e à eficácia operacional nas atividades do setor público: uma sistemática avaliação dos custos e benefícios de sua miríade de programas, nos três níveis de governo. Assim também com relação à produtividade e à competitividade internacional de empresas privadas — condições indispensáveis para que possamos vir a ter um crescimento econômico sustentado no longo prazo.
- Mais amplo reconhecimento de um paradoxo fundamental: o que Schumpeter denominava “a máquina capitalista” e seu “elemento essencial” — a “destruição criativa” via avanços tecnológicos e inovações disruptivas — mostrou-se imbatível na produção de riqueza e na disseminação de acesso a produtos de consumo de massa. Mas ela não é, por si só, capaz de distribuir riqueza, renda e oportunidades de forma a atender aos desejos de menor injustiça social. É preciso que uma sociedade disponha de capital cívico, pessoas de espírito público, capacidade de cooperação e exercício constante de cidadania para que um Estado razoavelmente eficiente possa desenvolver políticas públicas capazes de assegurar um mínimo sentido de maior justiça social, em uma sociedade de massas que se queira mais moderna e mais civilizada.

Para além das observações já apresentadas, talvez seja devida ao leitor uma explicação que justifique a reunião em livro de artigos publicados ao longo do tempo. Valho-me para tanto da justificativa dada por três célebres autores para coletâneas de artigos de sua autoria.

Raymond Aron, o mais brilhante espectador engajado francês de sua geração, assim se referiu a seu *Estudos políticos* (1972): “Os trabalhos reunidos neste livro só têm uma unidade: a que lhes dá o meu interesse.” Essa não é minha justificativa.

Já o italiano Norberto Bobbio, espectador engajado não menos famoso que Aron, ao reunir artigos de sua autoria no livro *As ideologias e o poder em crise* (1982), descreveu sua decisão como um “ato discutível”, que justificou desta forma: “Tenho uma única atenuante: quase sempre me esforcei por ligar o problema que tratava a um tema mais geral; (...). Não é preciso lembrar que os (cinco) anos em que apareceram estes artigos, de fins de 1976 a fins de 1980, foram anos de permanente e sucessivo agravamento da instabilidade política na Itália.” Essa justificativa é melhor, mas ainda não é a minha.

José Murilo de Carvalho reuniu no belíssimo livro intitulado *O pecado original da República* (2017), vários textos seus publicados ao longo dos 10, 15 anos anteriores. O subtítulo do livro dá ideia de sua diversidade e da justificativa que o anima: “Debates, personagens e eventos *para compreender o Brasil*” (ênfase minha). Essa última expressão é chave, e talvez seja a melhor justificativa para o presente livro, que talvez pudesse ser descrito como uma tentativa, quem sabe, de ajudar o leitor a compreender um pouco mais o processo através do qual, ao longo dos últimos 15 anos, chegamos a este final da segunda década do século XXI.

E olharmos à frente, para os próximos 15 anos, com certa confiança em nossa capacidade de nos erguermos, como sociedade, à altura de nossos enormes desafios. Já o fizemos no passado. Não temos alternativa a não ser apostar no poder da perseverança. E de uma certa ideia de um Brasil decente, politicamente democrata e republicano, socialmente progressista e inclusivo, além de economicamente responsável, em particular na gestão das finanças públicas. Esta última não constitui um fim em si mesma, mas sem ela não haverá como o Brasil alcançar as taxas de crescimento da renda e do emprego que constituem o nada obscuro objeto de desejo da maioria dos brasileiros.

Os textos aqui reunidos foram publicados ao longo dos últimos 15 anos (junho de 2003 a maio de 2018) na página 2 do jornal O Estado de S. Paulo, que generosamente permitiu a publicação na forma de livro.